

“QUESTÃO
DE ÍNDIOS” E
“QUESTÃO DE
FRONTEIRAS”:
RELATOS
EPISTOLARES
DE MIGUEL
MALARIN A JULIO
ROCA SOBRE
A CAMPANHA
DO DESERTO

[DOSSIÊ]

Ana Carollina Gutierrez Pompeu
Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho tem por objetivo analisar dimensões de transnacionalidade contidas nos projetos sobre as fronteiras étnicas e nas ações contra as sociedades indígenas do Pampa argentino, utilizando correspondências militares e outras fontes que evidenciam tal correlação ao fundamentarem argumentos sobre a situação argentina, com base em projetos similares ocorridos nos Estados Unidos. Os relatos da viagem de um militar argentino, Miguel Malarin, para os Estados Unidos e para a Europa entre os anos de 1876 e 1879, serão analisados a fim de compreender suas percepções sobre esses ambientes. O objetivo é poder situar a Campanha do Deserto em um contexto social e internacional mais amplo, capaz de relacionar as opções escolhidas pelos personagens da cena política argentina com ações em curso em outros países, discutindo conceitos como "civilização", "barbárie" e "deserto", além do espaço ocupado pelos povos originários nos projetos identitários em curso no final do século XIX.

Palavras-chave: Fronteiras. Campanha do Deserto. Argentina.

This work aims to analyze dimensions of transnationality contained in projects concerning ethnic borders and actions against indigenous societies of the Argentine Pampas, using military correspondence and other sources that demonstrate such correlation by supporting arguments about the Argentine situation, based on similar projects that occurred in the United States. The accounts of the journey of an Argentine military officer, Miguel Malarin, to the United States and Europe between the years 1876 and 1879 will be analyzed to understand his perceptions of these environments. The objective is to place the Desert Campaign in a broader social and international context, capable of relating the choices made by the figures of the Argentine political scene with actions underway in other countries, discussing concepts such as 'civilization,' 'barbarism,' and 'desert,' as well as the space occupied by Indigenous peoples in the identity projects taking place at the end of the 19th century.

Keywords: Borders. Desert Campaign. Argentina.

Este trabajo tiene como objetivo analizar dimensiones de transnacionalidad contenidas en proyectos en fronteras étnicas y en acciones contra sociedades indígenas en la Pampa argentina, utilizando la correspondencia militar y otras fuentes que demuestran tal correlación a la hora de fundamentar argumentos sobre la situación argentina, a partir de proyectos similares ocurridos en los Estados Unidos. Se analizarán los relatos de viajes del soldado argentino, Miguel Malarín, a Estados Unidos y Europa entre 1876 y 1879, con el fin de comprender sus percepciones sobre estos ambientes. El objetivo

es poder ubicar la Campaña del Desierto en un contexto social e internacional más amplio, capaz de relacionar las opciones elegidas por los personajes del escenario político argentino con acciones en curso en otros países, discutiendo conceptos como "civilización", "barbarie" y "desierto", además del espacio que ocuparon los pueblos originarios en los proyectos identitarios en marcha a finales del siglo XIX.

Palabras-clave: Fronteras. Campañas en el Desierto. Argentina.

Introdução

A eliminação dos espaços de liberdade dos povos nômades foi um fenômeno recorrente da modernidade ocidental. Processos de incorporação violenta de populações autóctones em diferentes partes do globo foram legitimados por visões similares e que impunham a necessidade de "civilizar" sociedades que se encaixavam no estigma da "barbárie". Conceitos, práticas e discursos semelhantes, mas situados em diferentes localidades, relacionavam os espaços povoados por sociedades originárias como *res nullius* ou terra de ninguém, sujeitando-os à presença de colonizadores dos próprios territórios ou de estrangeiros.

Na América Latina, o longo processo de formação dos Estados contou com projetos de nação elaborados por elites intelectuais que definiram os componentes étnicos assumidos no corpo identitário dos novos países (Holt; Wade, 2003, p. 3). Nesse sentido, os grupos indígenas tiveram seus locais sociais redefinidos, principalmente em países onde persistiam sociedades organizadas de forma independente do Estado. Na Argentina, distintos grupos étnicos resistiram aos processos de submissão decorrentes da colonização espanhola e, posteriormente, da independência, coexistindo de forma autônoma em espaços ainda não ocupados pelos argentinos, até a década de 1870. Na região do Pampa, ao sul de cinco províncias argentinas atuais (Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Mendoza e San Luiz), além da região da Patagônia, a presença *criolla* limitou-se a enclaves de fronteira (Nacuzzi, 2010, p. 11), a exemplo de fortes posicionados nas proximidades das populações indígenas, com o objetivo de demarcar

a jurisdição do país e tentar avançar sobre esses espaços.

O aumento da presença *criolla* nas proximidades desses enclaves, levou à formação de uma região de fronteira, definida no século XIX e em oposição às fronteiras internacionais, como "fronteira interna". Essa fronteira, no entanto, não correspondia a um limite entre duas sociedades opostas, conforme colocado por narrativas do período, a fim de justificar um avanço do espaço nacional sobre essas áreas. Estudos atuais consideram a área como um "espaço de fronteira", em alusão a categoria de "zona de contato" da canadense Mary Louise Pratt (2008, p. 8), para melhor explicar a dinâmica de interação dessas fronteiras étnicas como "um amplo território sujeito a múltiplas transferências" (Quijada, 2002, p. 108). A fronteira interna, portanto, era uma fronteira fluida, pois intercâmbios entre indígenas e argentinos ocorriam continuamente e assumiam diferentes formas como o comércio, a miscigenação e a guerra (Ratto, 2015, p. 145).

As áreas indígenas do Pampa e da Patagônia eram consideradas herdadas da colonização espanhola pelos argentinos, por pertencerem à jurisdição do vice-reinado do Rio da Prata. Assim, os fortes estabelecidos no espaço de fronteira visavam uma possível expansão que incorporasse definitivamente essas áreas. A primeira lei que representou a intenção de promover uma expansão nacional em direção aos territórios indígenas foi datada de 1867,¹ embora a ocorrência da Guerra do Paraguai (1864-1870) tenha

¹ Lei n. 215 que colocava que a fronteira interna deveria ser estabelecida no Rio Negro, norte da Patagônia argentina.

impossibilitado o envio de tropas para a fronteira indígena no Pampa. Apenas com o governo do presidente Nicolás Avellaneda (1874-1879) que o Ministério de Guerra e Marinha adotou como primeiro objetivo colocar em vigor a lei de 1867, procurando fixar a fronteira interna no Rio Negro, avançando sobre as áreas indígenas do Pampa e iniciando a expansão para a Patagônia².

O intento de incluir os espaços indígenas dentro da jurisdição estatal advém da necessidade de fechar as fronteiras internacionais e impedir a ocupação por potências estrangeiras (Bandieri, 2009, p. 119-120). Além da questão de soberania implícita à ocupação territorial, o projeto de nação concebido pela intelectualidade argentina pressupunha modelos estéticos e simbólicos com origem na Europa, excluindo os elementos autóctones das representações de identidade. Ao construir a imagem dos indígenas como "bárbaros" e "selvagens", justificavam-se os discursos de destruição dessas sociedades e colocava-se a possibilidade de expansão territorial como uma dinâmica inerente à construção de um Estado "civilizado" (Sá, 2012, p. 41).

Os ministros da Guerra do governo Avellaneda, Adolfo Alsina e, posteriormente, Julio Argentino Roca foram responsáveis por operações militares no Pampa que enfrentaram a soberania do cacique Juan Calfulcurá, cujo cacicado³ ocupava a região de Salinas Grandes ao sul de Buenos Aires (chamados de *salineros* ou *chilenos*). Entre

as outras etnias do Pampa e do norte da Patagônia que foram alvos de políticas estatais na década de 1870 estavam os *ranqueles* e os *tehuelches* (Bechis, 2006, p. 7). Os primeiros habitavam a região central do espaço de fronteira, nas proximidades da província de Córdoba, e os principais caciques eram Mariano Rosas e Manuel Baigorritá. Os *tehuelches* tinham como principal cacique Feliciano Purrán, e Valentín Saygüequé era o cacique representante dos *manzaneros* na região que corresponde à província atual de Neuquén⁴. Outros grupos ligados aos caciques Juan Catriel e Cachul habitavam as reduções no interior dos espaços de fronteira e eram considerados "índios amigos"⁵.

A reorientação das políticas contra os indígenas pelo Ministério da Guerra durante a década de 1870 resultou em posicionamentos cada vez mais agressivos. O principal objetivo de expandir o território para fixar uma nova fronteira interna no Rio Negro levou o ministro Adolfo Alsina a dividir as áreas de fronteira para facilitar a ação dos grupos militares, ao mesmo tempo em que construiu uma trincheira na região dos fortes mais próximos a Buenos Aires, chamada de *zanja* (ou foço) Alsina (De Marco, 2010, p. 467). Essa trincheira tinha a função de impedir que os indígenas adentrassem o Pampa com animais das fazendas argentinas após as recorrentes invasões chamadas

² Sobre a conquista do Rio Negro como a "chave" para a conquista da Patagônia: Zeballos (2008, p. 29).

³ Forma de organização política dos grupos étnicos chefiada por um ou mais caciques.

⁴ É necessário lembrar que essas denominações não são precisas, já que se tratava de grupos mestiços, com nomenclaturas externas e atribuídas pela sociedade *criolla*. Ver: Nacuzzi (1998, p. 237) e Vezub (2009, p. 23).

⁵ Índios amigos eram os grupos submetidos aos *criollos*, que participavam de atividades no exército como a defesa da fronteira contra outros grupos indígenas. Ver: Jong (2011, p. 85).

de *malones*, enquanto o governo realizaria ataques às *tolderías*⁶ indígenas.

O posicionamento mais agressivo do Ministério da Guerra em relação aos indígenas também foi acompanhado de discussões sobre alternativas às ações do ministro Alsina, juntamente com os possíveis destinos que seriam dados a esses grupos após as operações militares (Passetti, 2012, p. 228). Julio Argentino Roca, que nesse momento era chefe de operações de uma das divisões da fronteira, se ocupou em analisar com intelectuais e outros militares, incluindo o próprio ministro Alsina, outras possibilidades para a condução dos conflitos com os indígenas do Pampa.

E foi nesse contexto que Miguel Malarin, militar de carreira, trocou uma série de correspondências com Roca, em que os principais assuntos comentados foram a resolução da "questão de índios" e a resolução da "questão de fronteiras"⁷. A documentação epistolar enviada de Malarin a Roca desde Washington e Paris, mostra interessantes temas de discussão, como: a questão indígena em uma perspectiva racial (de transculturação ou absorção dessa), a dificuldade de implementar apenas ações de destruição das sociedades indígenas, o que impunha a necessidade de pensar medidas para além dos conflitos militares e territoriais.

Analisar as cartas de Miguel Malarin para Julio A. Roca, entre os anos de 1876 e 1879, em suas viagens para os Estados Unidos e para a Europa, está entre o objeto

central deste trabalho. Entre os temas relatados pelo viajante, a organização das "questões" de índios e de fronteira nos Estados Unidos, levantam palpites sobre como eram pensados tais assuntos em seu país de origem, a Argentina. A existência de "desertos" em ambos os países, conectavam as experiências de expansão territorial para as áreas indígenas, com o objetivo de suprimir as fronteiras internas. Nesse contexto, como incorporar (ou não) as diversas sociedades indígenas que margeavam as cidades *criollas* surgiam a partir da leitura de Malarin sobre as situações que acompanhou nos Estados Unidos. Utilizando a perspectiva da história transnacional, sairemos dos limites nacionais para observar a discussão de situações-problema para esses países pela perspectiva de um viajante em trânsito. Duas experiências distintas e conflitivas entre o Estado e as comunidades indígenas locais foram conectadas pelo viajante, em um momento em que os projetos de expansão territorial para o sul da Argentina começavam a sair do papel.

Desde a "periferia para o centro", a viagem de Malarin teve um objetivo informativo, mas que após algum tempo no estrangeiro, ele recebeu a posição de adido militar. Sua função era enviar os resultados de suas observações sobre a maneira como os estadunidenses lidavam com seus indígenas e suas fronteiras internas para outro militar interessado na mesma questão, Julio A. Roca. Diferente das viagens desde o "centro" para a "periferia", com a finalidade de obter registros sobre a natureza e a sociedade de um "novo mundo", a partir de uma cultura imperial que formalizava essas relações entre o que era considerado centro e periferia, as viagens dos latino-americanos para a Europa e para os Estados Unidos fornecem outra perspectiva de observação,

⁶ Tolderías eram as habitações indígenas.

⁷ Cartas consultadas no Archivo General de la Nación (AGN), Argentina, Fondo Julio A. Roca (JAR), legajo 4 a 8.

funcionando como "relatos de contramão" (Franco, 2018, p. 27). O viajante selecionava os tipos de experiência que julgava útil ou não para seu local de origem, em uma operação de autodescobrimento que o levava a ressignificar sua própria identidade.

As situações escolhidas como importantes e que entraram na narrativa epistolar do viajante diziam mais sobre as questões e preocupações que encontrava em seu país de origem, do que sobre a situação visitada no estrangeiro. A partir da expectativa do outro como "civilizado" e capaz de lidar de melhor maneira com seus problemas internos, a experiência do viajante reconfigura essas expectativas, apontando aspectos que podem ser tomados como exemplos ou não. Em algumas situações, a realidade de seu país de origem foi apontada como mais "avançada" em relação ao observado, indicando uma clara seleção dos aspectos considerados ou não como informações úteis.

Iremos tratar os relatos de viagem de Malarin como narrativas construídas a partir de sua experiência individual, conectada com o momento histórico argentino que buscava respostas para situações sociais concretas. Não se trata de relatos sobre acontecimentos históricos, mas sim da visão individual desse personagem a partir de suas experiências como viajante e como militar. Sua escolha por determinados assuntos e sua forma de abordar os assuntos referentes aos indígenas e fronteira, dizem mais sobre como essas questões poderiam estar sendo discutidas na Argentina do que no país observado, já que as cartas trocadas enviadas tinham por objetivo buscar "respostas" para determinadas questões. A "cultura imperial" norteia a operação imaginativa sobre o outro norte-americano e

européu, a partir dos latino-americanos. Imagina-se um mundo "civilizado" e capaz de funcionar como "modelo" para a América Latina. No entanto, esse modelo tem seus limites, o que fica evidente com a operação de seletividade que foi realizada pelo viajante latino-americano, em que nem tudo era considerado útil para seu país de origem (Said, 1993, p. 123).

As cartas analisadas foram escritas entre 1876 e 1879, terminando com o regresso de Malarin para participar das últimas operações da Campanha do Deserto, previstas para maio. Transitou entre os Estados Unidos e a Europa, escrevendo das cidades de Washington (DC), onde teve residência oficial como adido militar, e Paris. Escreveu principalmente sobre indígenas, fronteiras internas e exércitos. Narrou o que observou sobre as formas norte-americanas de lidar com seus indígenas e suas fronteiras e manifestou suas observações sobre os "desertos" norte-americanos e argentinos, temática muito comum em seu país de origem, desde meados do século XIX.

Duas questões: índios e fronteira

O ponto mais relevante da argumentação de Malarin era o entendimento da situação de fronteiras internas na Argentina em duas questões distintas: a "de índios" e a de "fronteiras". Sobre "questão de índios"⁸, Malarin colocou a necessidade de planificar as ações de inserção dos grupos indígenas à

8 Termos encontrados nas fontes.

sociedade argentina, pois considerava que apenas o enfrentamento militar não seria a melhor forma de acabar com a existência soberana dessas comunidades. No final de 1876, Malarin iniciou sua temporada nos Estados Unidos e, no ano seguinte, foi nomeado agregado militar da legação argentina em Washington. Um dos objetivos de sua missão foi encaminhar informações sobre as ações dos norte-americanos contra suas sociedades indígenas, já que esse país se ocupava dessas iniciativas desde a década de 1840. As correspondências entre Malarin e Roca ocorreram de forma constante durante os anos de 1878 e 1879, sendo que a partir de janeiro de 1879, Malarin escreveu de Paris como agregado da legação argentina na França⁹.

Na Argentina, o interlocutor de Malarin, o futuro presidente Julio A. Roca, atuava como diretamente na defesa da fronteira interna e manifestava opiniões que por vezes divergiam dos principais nomes da época. Entre 1876 e 1877, foi comandante da posição cordobesa da fronteira interna, atuando no enfrentamento com a etnia Ranquele. A partir de 1878, assumiu o comando geral das ações nas fronteiras, ao substituir Adolfo Alsina no Ministério da Guerra e Marinha. A entrada de Roca no ministério, coincidiu com posturas mais agressivas em relação aos indígenas, mas sem diminuir a violência nas ações de seu antecessor. Junto com sua entrada no ministério, foi iniciado no Congresso Nacional um projeto de lei para mover definitivamente a fronteira interna até o Rio Negro, no norte da Patagônia argentina, o que foi aclamado

⁹ Malarin para Roca, Paris, 19.9.1879. AGN, Fondo JAR, leg. 8.

como "Campanha do Deserto". Juntamente aos projetos de lei e as discussões de ordem interna sobre como proceder militarmente na ocupação dos "desertos" e no enfrentamento de seus habitantes, Malarin encaminhava a Roca uma série de diretrizes que acreditava eficazes para a resolução do que chamava "problema de índios e de fronteira".

Malarin expunha diversos exemplos de ações dos Estados Unidos para com suas populações indígenas, a fim de embasar seu argumento sobre a necessidade de políticas específicas para solucionar a "questão de índios", como pode ser verificado na citação adiante: "segundo o sistema que se coloque em prática a **questão de índios** será resolvida em 20 anos ou ainda durará séculos; e sobre isso não se deve ter ilusão: mas não creio que o senhor é capaz dela, pois conhece melhor que ninguém nossa história e a do continente norte-americano"¹⁰. A "questão de índios" correspondia ao conjunto de ações destinadas aos indígenas após as operações militares. Pensar e aplicar formas de recolocação dos indígenas na sociedade argentina consistia no "verdadeiro problema", baseado em sua leitura do que ocorria nos Estados Unidos. A imposição militar seria o meio de iniciar sua inserção na sociedade argentina, acabando definitivamente com seus locais de morada, os "desertos". A definitiva inserção dessas sociedades iria depender de ações posteriores e destinadas a "civilizá-los", o que não era possível apenas com o conflito:

¹⁰ No original: "según el sistema que se ponga en práctica la **cuestión india** será resuelta en 20 años o durará aun siglos; y en esto no hay que hacer ilusión: pero no creo a U. capaz de ella, pues conoce mejor que nadie nuestra historia y del continente norte-americano". In Malarin para Roca, Paris, 28.1.1879. AGN, Fondo JAR, leg. 7.

A expedição ao deserto não vem a ser nada senão um meio de obrigar o Índio a aceitar nossos projetos e de forma alguma a resolução da parte principal. Submetidos os Pampas, é necessário dar-lhes ocupação, vesti-los, racioná-los [dar alimento, bens de consumo etc.], administrá-los, cuidar deles e manter-se em guarda para que não voltem às velhas práticas.¹¹

Sua opinião divergia de outras formas de entender a situação do Pampa, justamente pela separação feita entre a "questão de fronteira", entendida pela conquista territorial e o avanço da fronteira até o rio Negro, condensado na chamada "Campanha do Deserto" e as ações não militares, na tentativa de inserir os grupos étnicos do Pampa na "civilização", o que correspondia a "questão de índios"¹². Malarin chamava a atenção de Roca para essa diferenciação, sendo que a última era a "questão" de resolução mais difícil:

Um ponto mais sério: refiro-me à conduta que deve ser observada com os índios submetidos, entre os quais podem contar-se cerca de 5.000 velhos, conservadores e impossíveis de domesticar. À primeira vista,

¹¹ No original: "La expedición al desierto no viene a ser así sino un medio de obligar al Indio a aceptar nuestros proyectos y en manera alguna la resolución de la parte principal. Sometidos los Pampas es necesario darles ocupación, vestirlos, racionarles, administrarlos, cuidar de ellos y mantenerse en guardia a fin de que no vuelvan a las andadas". Ibid.

¹² Álvaro Barros tem proposta similar ao diferenciar "questão de índios" da "situação de segurança", compreendida por medidas paliativas para aumentar a segurança dos povoados próximos à fronteira, que pode ser encontrado em: Álvaro Barros, AGN, FJAR, leg. 3, Buenos Aires, 15/5/1876. Mas no geral, Nicolás Avellaneda e Adolfo Alsina coincidem em não diferenciar as duas situações, tratando o avanço da fronteira como uma forma de conter e excluir os indígenas.

parecerá que ainda não é tempo de ocupar-se de uma questão dessa natureza, seguindo assim a opinião do Dr. Alsina. Mas estou convencido de que você não pensa assim e acredita que **o verdadeiro problema está no que deve ser feito com os índios**.¹³

Em sua visão, um estudo mais profundo da questão indígena nos Estados Unidos seria capaz de fornecer pistas para a resolução desse "problema": "Permitir-me-ei [...] oferecer-lhe certos dados sobre o sistema empregado nos Estados Unidos para a domesticação de 200.000 índios, muitos milhares dos quais apresentam os mesmos traços que os nossos"¹⁴. Em outras correspondências, o militar descreveu diversas ações dos norte-americanos, mostrando como estes se ocupavam de seus "desertos".

Estados Unidos e Argentina

As situações colocadas por Malarin como "questão de índios" e "questão de fronteira" foram encontradas em outros locais do globo, a exemplo dos Estados Unidos,

¹³ No original: "Un punto más serio: me refiero a la conducta que debe observarse con los Indios sometidos, entre los cuales pueden contarse con 5.000 viejos, conservadores e imposibles de domesticar. A primera vista parecerá que aún no es tiempo de ocuparse de una cuestión de esa naturaleza, y en esto se seguiría la opinión del Dr. Alsina: pero estoy convencido de que U. no piensa así, y que cree que el verdadero problema está en lo que se debe hacer de los Indios". In Malarin para Roca, Paris, 28.01.1879. AGN, Fondo JAR, leg. 7, grifos nossos.

¹⁴ No original: "me permitire [...] ofrecer a U. ciertos datos sobre el sistema empleado en los Estados Unidos para domesticación de 200.000 Indios, muchos miles de los cuales ofrecen los mismos rasgos que los nuestros". Ibid.

que continham fronteiras étnicas e presenciavam o avanço do espaço nacional, e o conjunto documental em análise mostra uma conexão entre duas realidades históricas. Essas questões se relacionam à existência de fronteiras étnicas dentro do território considerado nacional, que permeiam outras questões como a construção identitária da nação, em que os indígenas foram excluídos dessas representações, em razão da busca utópica pela civilização de modelo ocidental.

O uso do conceito de "deserto" pelos argentinos, é semelhante a "oeste" ou "wilderness" para os estadunidenses. De acordo com Mary Anne Junqueira, o mito do Oeste nos Estados Unidos foi construído inicialmente por romancistas como James Fenimore Cooper, que narravam aventuras de homens que iam além da *frontier* e enfrentavam os indígenas e o próprio *wilderness*. Com a popularização desses romances, difundiu-se a ideia da *frontier*, ou da fronteira, com um significado diferente do *border*, que correspondia aos limites ou às fronteiras internacionais. A fronteira com o *wilderness* se tratava de "uma linha imaginária e móvel que foi sendo deslocada continuamente para o oeste do país até chegar ao Pacífico" (Junqueira, 2018, p. 86). A ideia da fronteira que circulava nos romances foi inserida no meio acadêmico em 1893 pelo historiador Frederick Jackson Turner, que relacionou o desenvolvimento material dos Estados Unidos com a expansão da fronteira para o Oeste, contribuindo para o fortalecimento do "mito do Oeste" e do papel central dos pioneiros que colonizaram a área para o desenvolvimento do país (Junqueira, 2018, p. 89). A centralidade da fronteira para o desenvolvimento material do país justificava ações de extrema violência contra as populações indígenas,

dentro da busca pelo progresso material (Junqueira, 2018, p. 94).

Esse entendimento do conceito era semelhante ao utilizado por Malarin. Para ele, a fronteira estava ligada à conquista do deserto e à transformação do território indígena nacional. No entanto, sua estadia nos Estados Unidos o fez entender as situações de forma separada: a "questão de fronteira" seria a etapa de conquista territorial de ordem militar ou de expansão da população pioneira sobre os territórios indígenas, diminuindo ou abolindo com os desertos. Já a "questão de índio" consistia em um projeto de destruição ou assimilação da raça indígena, em que diferentes táticas poderiam cumprir o papel de imposição da lógica da civilização sobre essas populações. Tanto o extermínio por diferentes métodos, quanto o ato de "civilizar" os índios com a imposição de novas formas de trabalho, de um novo idioma ou de distintos hábitos, cumpriram o papel de "resolver o problema".

Lidar com a "questão de índios" poderia tanto ser uma etapa posterior e complementar ao avanço da fronteira, quanto poderia ocorrer em paralelo à resolução da "questão de fronteira". No entanto, o mais importante, ao seu ver, era não acreditar que o fim dos desertos, ou seja, a finalização da etapa de conquista territorial e a ocupação efetiva do espaço "vazio" por populações integradas na lógica da civilização era o ponto final e a resolução do problema. Pelo contrário, acabar com os desertos não incluía necessariamente uma solução definitiva para as populações indígenas que habitavam esses desertos. Essa questão deveria ser lidada ou após a etapa de conquista territorial, como parecia ser a situação na Argentina, ou concomitante, como era o caso dos Estados Unidos,

pois, em sua visão, esse país realizava a destruição dos desertos com o envio de "pioneiros" e imigrantes para povoar, deixando os grupos indígenas sem seus "desertos". Paralelas à povoação do deserto estavam ações de educação ou de vigília aos grupos remanescentes, buscando a inserção destes como mão de obra, em benefício ao progresso do país.

A partir da década de 1870, assistiu-se à diminuição dos tratados diplomáticos com os indígenas e a adição de políticas cada vez mais agressivas. A possibilidade concreta de expansão territorial pode ser uma das explicações para essa mudança de tratamento, onde as designações como "nações" e a suas colocações dentro de relações diplomáticas foram substituídas por termos como "selvagens" e "bárbaros" para referenciar esses grupos étnicos (Ratto, 2015, p. 160). Somaram-se a esses entendimentos a inserção em debates de cunho científico que legitimaram as noções de inferiorização das sociedades indígenas e contribuíram para a utopia da construção da "civilização" ao combater seus elementos de "barbárie"¹⁵. Ideias de classificação das espécies oriundas das ciências biológicas foram se adaptando a ideologias que pretendiam o ordenamento social dos grupos humanos, fortalecendo crenças racistas e excludentes, o que incluía o lugar a ser ocupado pelos povos originários do continente nas construções identitárias dos Estados nacionais latino-americanos¹⁶.

¹⁵ Ver: Sarmiento (1883).

¹⁶ Para questões raciais e darwinismo social no contexto de formação do Estado e da identidade nacional, ver: Bolsanello (1996), Garcia (2008, p. 165), Maio e Santos (1996), Rodrigues (2006, p. 14), Stepan (1991) e Telles (2014, p. 17).

Nesse sentido, projetos de eliminação das populações originárias nos Estados Unidos foram analisados por personagens importantes do cenário político argentino. O imaginário positivo sobre esse país se fortaleceu após a unificação nacional na década de 1860, principalmente no que diz respeito à transformação dos "desertos" em "civilização", ou seja, nas políticas de ocupação sistematizadas dos territórios indígenas. No trecho abaixo, de Juan Bautista Alberdi, extraído de "Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina", texto que serviu de base para a constituição de 1852, a imigração de europeus é mostrada como forma de transformação dos "desertos do Oeste" dos Estados Unidos em espaços de "civilização" e em conformidade com a "raça" (Grejo, 2006, p. 3) que se pretende identificar como nacional, em detrimento da outra "raça" habitante desses "desertos", a indígena:

A glória atual dos Estados Unidos é preencher os desertos do Oeste com novos povos formados por sua raça; nossa política deve afastar da imaginação de nossas massas o quadro de nossos tempos heroicos, que representa a luta contra a Europa militar. Hoje, o país necessita de trabalhadores, homens de paz e bom senso, em vez de heróis, e de atrair a Europa, recebendo o influxo de sua civilização, ao invés de repeli-la" (Alberdi, 1852, p. 231)¹⁷.

¹⁷ No original: "La gloria actual de los Estados Unidos es llenar los desiertos del Oeste de pueblos nuevos, formados de su raza; nuestra política debe apartar de la imaginación de nuestras masas el cuadro de nuestros tiempos heroicos, que representa la lucha contra la Europa militar, hoy que necesita el país de trabajadores, de hombres de paz y de buen sentido, en lugar de héroes, y de atraer a Europa y recibir el influjo de su civilización, en vez de repelerla".

A analogia entre o "oeste" norte-americano e o "deserto" dos Pampas argentinos implícita no discurso de Alberdi em 1852 também foi verificada posteriormente na década de 1870, durante um momento político em que as fronteiras internas se tornaram prioridades. Para o presidente Nicolás Avellaneda, o país vivia condições internas e externas propícias para fazer essa uma prioridade do governo: "A questão das fronteiras é a primeira de todas, e falamos incessantemente dela, embora não a nomeemos. [...] Suprimir os índios e as fronteiras não significa outra coisa senão povoar o deserto"¹⁸ (Carta de Nicolás Avellaneda para Álvaro Barros, 1875 apud Sabato, 2012, p. 259).

Suprimir os indígenas e povoar os desertos com imigrantes foi um discurso recorrente na segunda metade do século XIX, e os Estados Unidos entraram nessa fórmula como um país a ser estudado e eventualmente seguido. A observação das políticas indigenistas do governo argentino em relação a outros contextos globais reforça que a consolidação do Estado Nacional, bem como de suas estruturas identitárias, territoriais e étnicas, não era uma questão apenas regional, mas um discurso que esteve em articulação com outras situações semelhantes. A tentativa de encontrar soluções para esses "problemas" relacionam diferentes ambientes conectados pelas mesmas perguntas.

Na visão de Malarin, as "políticas de extermínio" eram "lentas e caras" e deveriam ser substituídas pela possibilidade de o "índio

se civilizar". A questão era encarada dentro de uma lógica burocrática, considerando o que poderia ser mais dispendioso para o Estado, enquanto diferenciava a conquista militar da transculturação dos habitantes do deserto:

O deserto se combate com população, uma revolução com uma contrarrevolução, uma invasão de cristãos. O sistema de sangue e fogo [...] nunca dará outro resultado que não seja esgotar o tesouro e perpetuar a resolução do problema. Nada de exércitos nem fronteiras militares; sistema de traslado: aldeias indígenas, polícia indígena, escolas indígenas mistas, penitenciária para os índios ruins, afastar os caciques e chefes menores de suas tribos, assegurar as mulheres, dar-lhes ovelhas em vez de vacas, comprar seus cavalos e deixá-los completamente livres com um ou dois franciscanos ou jesuítas, **até que se tornem camponeses**¹⁹.

O combate ao deserto, ou seja, ao espaço habitado por diferentes grupos autóctones, mas que não fazia parte do território efetivamente ocupado pela chamada "civilização", deveria ser "combatido" com políticas combinadas que envolviam a guerra, a imigração europeia, o assentamento de famílias indígenas em missões religiosas

¹⁸ No original: "la cuestión de fronteras es la primera cuestión de todas, y hablamos incesantemente de ella aunque no la nombramos. [...] Suprimir los indios y las fronteras no implica en otros términos sino poblar el desierto".

¹⁹ No original: "El desierto se combate con población una revolución con una contrarrevolución, una invasión de cristianos. El sistema de sangre y fuego [...] no dará nunca otro resultado que agotar el tesoro y perpetuar la resolución del problema - Nada de ejércitos ni fronteras militares; sistema de translación; pueblos indios, policía india, colegios indios mistos, penitenciaría a los indios malos, alejar los caciques y capitanejos de sus tribus, asegurar las mujeres, darles ovejas en vez de vacas, comprarles caballos y dejarlos enteramente libres con uno o dos franciscanos o jesuitas, **hasta que se conviertan en paisanos**". In: Malarin para Roca, Washington, 5.05.1878, AGN, fondo JAR, leg. 5, grifos nossos.

e em colônias agrícolas, até que esses indígenas fossem convertidos em *paisanos* e inseridos à lógica da sociedade que suprimia sua cultura e identidade, enquanto moldava a sua própria. A transformação dos indígenas em "outros internos" (Del Rio, 2005, p. 17-18) ou em "paisanos" inseridos marginalmente em um novo contexto cultural foi um processo que deixou repercussões sociais profundas na sociedade argentina.

Formas de apropriação das ideias circulantes

Sabemos que a ideia principal de Malarin era a necessidade de se pensar em separado as "questões de índios" e as "questões de fronteiras", assim como conhecemos o fato de que essa solução não teve grande adesão na Argentina. Com base em suas observações nos Estados Unidos, Malarin acreditava que a Argentina não seguia em um rumo adequado, pois faltavam ações mais específicas voltadas à "questão de índios", que não tinha relação com o domínio militar e territorial.

Nesse sentido, Malarin deu algumas ideias de como a "questão de índios" poderia ser solucionada. A guerra e o combate direto contra os cacicados poderia ser substituído por outras medidas alternativas. No entanto, sabemos que a guerra foi o principal recurso escolhido por Roca em sua Campanha do Deserto, defendida perante a opinião pública em numerosas cartas de sua autoria publicadas em jornais, e no Congresso Nacional em 1878, na ocasião do projeto de lei que buscava disponibilizar fundos para a Campanha.

Algumas ações tomadas perante as populações indígenas após a Campanha do Deserto tiveram inspiração nos escritos de Malarin, já que se tratava das mesmas propostas. Tudo indica que Avellaneda e outros membros do governo tiveram conhecimento dessas ideias e as aproveitaram. A diferença foi que Malarin acreditava que a "questão de índios" e a "de fronteira" eram situações diferentes: não seria necessária a realização de uma guerra para acabar com a presença das populações indígenas no Pampa. Ele defendia que a inserção dessas sociedades em uma lógica civilizada não ocorreria pela imposição bélica, mas sim por outras medidas mais específicas nesse sentido. Uma vez conquistado o território, com o avanço de tropas e a instalação de fortes, por exemplo, cidades poderiam ser construídas nos "desertos", reduzindo as áreas disponíveis para os indígenas. A realização de outras ações, que não o conflito direto, poderiam ser feitas no sentido de buscar a conversão ou transculturação dos indígenas, aproveitando essa população como mão de obra. No ano de suas principais cartas, 1879, a parte da "questão de fronteira" já havia sido praticamente finalizada, com o avanço militar e o enfraquecimento dos principais cacicados. O que faltava em complemento seriam ações que buscassem cuidar da "questão de índios". Para ele, se o Pampa começasse a ser povoado com imigrantes, cercando os locais de morada dos indígenas, estes seriam absorvidos eventualmente pelo combate ao deserto. Deixando de existir os desertos, as populações indígenas ficariam ilhadas entre a civilização. Junto a isso, elas seriam vigiadas por forças de exército em pontos fortificados. Outra possibilidade era a de aplicar políticas que assistissem essas populações na sua inserção à civilização e que as acompanhassem para que não retornassem à condição original.

Roca concluiu sua guerra no Pampa em 1879 com a chegada ao Rio Negro, dispersando alguns grupos, assassinando outros e prendendo os remanescentes. Com esses prisioneiros, algumas medidas que faziam parte da "questão de índios" de Malarin foram empreendidas: a distribuição em casas de famílias, em engenhos de açúcar ou fazendas, o envio dos mais "perigosos" para prisões como a ilha de Martín García, e outros indígenas foram mandados para museus; medidas posteriores à fase militar, e não políticas de inclusão ou de combate aos desertos. Elas não tiveram a intenção direta de resolução da "questão de índios", mas foram formas de encaminhar os prisioneiros. As ideias de Malarin foram parcialmente aplicadas: apenas depois da resolução da "questão de fronteiras", medidas específicas para a "questão de índios" foram tomadas com os indígenas que sobreviveram ao conflito. A escolha por esse método de transculturação, que chamamos de distribuição, teve, muito certamente, inspiração nas ideias de Malarin, que anos antes de sua aplicação já havia demonstrado essa possibilidade em seus relatos. No entanto, o cerne de suas ideias foi preterido. Enfrentar o deserto com o estabelecimento de cidades, aumentando a população civilizada no Pampa e cercando os indígenas com elas, não era a ação perseguida pelos políticos argentinos. Apesar de haver outras opções e ideias disponíveis no momento de sua Campanha, a guerra, sim, foi a "preferida" por Roca.

Na ideia de Malarin, ao separar as "questões de índios" e "de fronteira", a chegada ao Rio Negro se tratava apenas de uma etapa: a fase territorial e não a mais importante e longa, que seria a "de índios". Malarin insistiu que mais ações deveriam ser empreendidas no sentido de promover essa integração,

já que considerava que essas populações não seriam convertidas por "inércia" apenas porque foram derrotadas. A chegada ao rio foi vista, no entanto, como a finalização da etapa de construção nacional e de resolução do "problema" indígena no Pampa. Não podemos nos esquecer que a iminência das eleições presidenciais e a construção de Roca como um candidato qualificado ajudaram no entendimento de que sua Campanha foi a parte final "do problema", atribuindo a ele os méritos de resolver uma questão de longa data. Garantir a ocupação do Pampa abriria possibilidades para a ocupação da Patagônia e para o tratado de limites com o Chile, permitindo o controle desses espaços pelos argentinos e afastando possíveis pretensões estrangeiras. Ao construir uma narrativa em que coloca Roca como um "herói" da nação, por finalizar um longo problema enfrentado na consolidação dos marcos territoriais do país, a disputa presidencial ficava praticamente encerrada e Roca aparecia como o principal nome do momento. A necessidade de lidar com a "questão de índios" foi silenciada e a Campanha do Deserto foi dada como concluída.

As cartas de Malarin e a perspectiva transnacional

As conquistas de desertos, sertões e dos "espaços vazios" – mesmo que povoados por diversas sociedades indígenas – pela chamada "civilização", eram questões comuns na segunda metade do século XIX. A Argentina realizou uma empreitada militar entre os anos de 1876 e 1885 em direção ao Pampa e a Patagônia, visando integrar as áreas

indígenas, que constituem mais da metade de seu território atual. Nos Estados Unidos, um processo semelhante ocorreu desde as décadas de 1840 até as leis Dawes, em que ações militares de enfrentamento foram combinadas com outras estratégias de submissão das populações indígenas, visando a ampliação do Estado nacional.

Apesar de poucos trabalhos sobre a Campanha do Deserto se ocuparem das cartas de Malarin, enviadas para Julio Argentino Roca entre 1877 e 1879, os argumentos e os pontos de vista apresentados por esse personagem demonstram uma percepção crítica e destoante sobre o tema, além de conectar as experiências argentinas e norte-americanas. No livro *Estado y cuestión indígena* do historiador argentino Enrique Hugo Masses (2010), a correspondência de Malarin aparece para demonstrar o interesse de Roca sobre as chamadas "questões de índios" e "questões de fronteira", antes de ocupar o cargo de ministro da Guerra e estar à frente da Campanha do Deserto. Masses argumentou que algumas das opções escolhidas pelo governo argentino na fase final da ocupação militar do Pampa podem ter origem nos debates de Roca com outros personagens, onde Malarin se enquadra. Masses também informou em nota de rodapé uma breve biografia sobre esse militar, citando Graciela Corizo como fonte das informações. Miguel Pedro Antonio Malarin, nasceu em 1858 na província argentina de Entre Ríos, entrando no Colégio Militar com 17 anos, onde logo passou às ordens de Roca, na Comandância de Fronteira em Córdoba. Com apenas 19 anos, passou a ser adido militar da legação argentina em Washington, sendo transferido para a França no final de 1879. Ao retornar à Argentina, participou ativamente do segundo governo de Roca,

com funções políticas e militares (Masses, 2010, p. 64).

Fora à alusão de Masses, o personagem caiu em ostracismo pela historiografia sobre o assunto. Possivelmente, pelo próprio reconhecimento do historiador argentino sobre as ideias de Malarin: "sugere um método alternativo e contraposto". As cartas de Malarin como fruto de sua viagem aos Estados Unidos e à Europa nos mostram como esse assunto transcendia as fronteiras nacionais e como foi refletido à luz de outros acontecimentos análogos e concomitantes de outros países. Igualmente, está entre nossos objetivos refletir sobre as possibilidades disponíveis sobre os discursos de violência produzidos contra as sociedades originárias desses dois países, onde suas repercussões estão presentes atualmente.

Primeiro, esse é um estudo sobre fronteiras e territórios nacionais em construção. A definição da antropóloga colombiana, Margarita Serje (2019, p. 12-14), de "fronteiras do capitalismo" é um instrumental importante para essa pesquisa. Segundo a autora, as fronteiras surgem de uma abstração, uma "ideia que precede a experiência". As fronteiras não são objetos ou lugares concretos, mas sim ideias que se materializam a partir de um conjunto de práticas e intervenções, que carregam diferentes formas de violência. Entre os objetivos das "fronteiras interiores" ou "fronteiras do capitalismo" está a integração do novo território com circuitos comerciais regionais e globais. Apesar de parte do Pampa ter um clima seco e regiões improdutivas, o que associou a intenção de dominar essa fronteira a uma questão de segurança dos povoados e estâncias em seu arredor, as novas áreas integradas após a "conquista do deserto", o que

incluía a Patagônia, faziam parte de circuitos comerciais internacionais com a criação de bovinos e ovinos. Além desse fator material, a integração ao capitalismo também se relacionava à necessidade do Estado em dotar de "civilidade" esses "desertos" e assim fazê-los "progredir", conforme a narrativa do período. Os espaços ditos "vazios", ou seja, o vasto território indígena e fora da jurisdição concreta dos Estados, eram considerados "*res nullius*" ou áreas vazias e passíveis de ocupação. Conquistar esses espaços esteve tanto nas pretensões dos Estados recém-formados nas Américas, ainda temerosos de ocupações Europeias e de suas intenções imperialistas, quanto nas disputas limítrofes pelos Estados vizinhos.

Articular diferentes projetos em contextos análogos e sair de uma visão restritiva ao contexto nacional é auxiliada pelo viés transnacional, cujo objetivo é perceber situações de circulação, conexão e contato. Extrapolando as fronteiras nacionais, nosso viajante buscou contato com situações análogas àquelas que encontrava na Argentina, buscando novas possibilidades de lidar com aquilo que seus conterrâneos viam como um problema: a presença de inúmeras sociedades indígenas em uma vasta área que o Estado tinha a pretensão de ocupar. A perspectiva da circulação nos demonstra que os processos históricos se influenciavam mutuamente, saindo de uma visão unidirecional de uma narrativa apenas preocupada em ratificar a influência de Estados Unidos e da Europa sobre a América Latina. O viés transnacional nos ajuda a desconstruir essas narrativas, demonstrando que as fronteiras nacionais são espaços fluidos e em constante reelaboração, compostos por discursos múltiplos de identidades, que se relacionam, interagem ou se interseccionam.

A etapa de consolidação dos Estados nacionais, da qual o fechamento de suas fronteiras fez parte, passa a ser vista como uma construção social permeada pelo trânsito de ideias, pessoas e discursos, e não mais como uma metanarrativa de sentido unidirecional.

Malarin não ressaltou uma "excepcionalidade" dos Estados Unidos em seus escritos; pelo contrário, colocou esse país em uma posição semelhante à Argentina, mas que em alguns pontos, assumiu opções estratégicas que pareciam, ao seu ver, interessantes de serem utilizadas em contexto argentino. O fato de os Estados Unidos terem começado antes seu processo de expansão e ocupação de suas zonas de fronteira, colocavam esse país como um "exemplo" em termos de acertos e erros na resposta de situações consideradas como problemas.

A expulsão dos indígenas permitiu o avanço das fronteiras e dos territórios nacionais. Porém, para integrar a totalidade dos territórios indígenas e garantir a demarcação dos limites internacionais, medidas de controle e de integração dessas populações foram necessárias. A construção de uma ideia de cidadania indígena foi uma estratégia utilizada por ambos os países, de diferentes formas. Substituir as designações étnicas ou o vínculo de cada grupo a sua terra ou ao seu cacique por identidades nacionais foram maneiras encontradas para inserir os indígenas ao restante da população, sem, no entanto, garantir direitos políticos completos.

Nos Estados Unidos, a opção por uma forma militarizada de políticas em relação aos indígenas convivia com a alternativa da educação em escolas internas (Trafzer; Keller; Sisquoc, 2006, p. 9). A educação em

colégios específicos acontecia com a retirada das crianças de suas famílias, forçando-as a hábitos culturais da "civilização", em processo tão violento quanto as demais formas de destruição dos nativos. As reservas foram formas de controle e confinamento das populações, que muitas vezes foram obrigadas a viver em outros ambientes, o que diminuía suas chances de subsistência. Entre o dilema da possibilidade ou não de civilizar os grupos indígenas, engendrar um conteúdo racial responsável por separar a cultura civilizada de outras formas de existência foi um debate crescente no final do século XIX, que pautou os processos de exclusão e legitimou atos de violência pelos Estados (Rodrigues, 2006, p. 15). Na década de 1880, as leis Dawes decretavam que os indígenas podiam receber propriedades de terras individuais, com o objetivo de romper a lógica autóctone de pertencimento coletivo à terra ao mesmo tempo em que se tentava absorver as populações originárias como cidadãos norte-americanos, e não como indígenas livres (Prucha, 1981, p. 28-29; Hopkins, 2020, p.155). A educação dos indígenas em escolas públicas foi institucionalizada com o intuito de doutriná-los dentro da religiosidade cristã e do patriotismo, destruindo ao longo das décadas seu patrimônio cultural e sua herança histórica ao forçá-los ao compartilhamento dos valores nacionais impostos (Prucha, 1981, p. 31). A única possibilidade de existência deles na sociedade norte-americana seria por meio da conversão à civilização, condição única para que se tornassem cidadãos.

O interesse dos argentinos pelos Estados Unidos pode ter ocorrido por diversos fatores: ambos os países tiveram importante crescimento econômico com base na agropecuária, os dois possuíam imensas áreas

para povoar, assim como vastos territórios indígenas de difícil ocupação. Nesses países, as diferentes etnias souberam se adaptar ao cavalo e absorveram elementos táticos e armamentos dos exércitos que os combatiam com violência. O grande fluxo migratório e o desenvolvimento industrial chamavam a atenção dos argentinos, os quais tinham esses meios como chaves para alcançar o progresso da nação. No entanto, a viagem de Malarin aos Estados Unidos, assim como tantas outras experiências de argentinos nesse país, nos mostra que havia um olhar crítico ao país visitado, junto com as reflexões sobre as semelhanças e diferenças entre ambos os contextos. Mais do que uma narrativa sobre as políticas de Washington para com suas populações originárias, esse conjunto epistolar nos revela falhas e ausências na resolução das "questões de índios" e de "fronteiras" pelos próprios argentinos. Embora existissem alguns pontos positivos, como o estado de avanço na "questão de fronteira" na Argentina, sobretudo com a conquista dos territórios indígenas no Pampa em 1879, bem como maiores possibilidades de assimilação e convívio com a "raça índia" em comparação aos norte-americanos, a ausência de debates sobre ações paralelas ao enfrentamento militar preocupava Malarin. Tal visão, dissidente no cenário argentino, coloca em evidência a atenção de Roca em acelerar o extermínio dos indígenas e, terminados os conflitos, a construção de uma narrativa em que os poucos sobreviventes já estavam encaminhados pelo sistema de distribuição: sejam enviados para cidades, sejam como mão de obra nos engenhos ou em outras atividades agrícolas.

A imposição *criolla* obrigou os indígenas a ressignificarem as formas de expressar sua identidade ao terem sua existência

sociocultural confrontada (Oliveira, 1999, p. 55). A implicação da cidadania também deve ser vista a partir das opções desses atores sociais indígenas que, em outro contexto, buscaram preservar ou reconfigurar suas identidades, apesar da identidade "argentina" que foram obrigados a assumir. A imposição do projeto político que visava à homogeneidade cultural como única possibilidade para o Estado-nacional trouxe consigo medidas excludentes quando impunha categorias genéricas a seus "novos" integrantes indígenas, ao mesmo tempo em que seguia reproduzindo discursos de hierarquização de "civilização" e de "barbárie". ■

[ANA CAROLLINA GUTIERREZ POMPEU]

Pós-doutoranda em História pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora, mestre e bacharel em História pela Universidade de Brasília (UnB). Realizou estágio doutoral na University of Texas at Austin, nos Estados Unidos, com o vínculo de Visiting Research Associate no Institute of Historical Studies. Temas de pesquisa: sociedades indígenas e sociedades de fronteira, formação dos Estados nacionais na América Latina, imposição estatal aos grupos étnicos, formação de fronteiras internacionais. E-mail: anagpompeu@gmail.com

Referências

ALBERDI, Juan Bautista. Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina. **El Cato Institute**, 1852. Disponível em: <https://www.elcato.org/sites/default/files/bases-libro-electronico.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BANDIERI, Susana. **Historia de la Patagonia**. 2 ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

BECHIS, Martha. La organización nacional y las tribus pampeanas en Argentina durante el siglo XIX. **Revista Tefros**, Rio Cuarto, v. 4, n. 2, p. 1-24, 2006.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.166>

DE MARCO, Miguel Ángel. **La Guerra de la Frontera**: luchas entre indios y blancos (1536-1917). Buenos Aires: Emecé, 2010.

DEL RIO, Walter Mario. **Memorias de expropiación (872-1943)**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Viagens e relatos**: representações e materialidade nos périplos de latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX. São Paulo: Intermeios, 2018.

GARCIA, Fernando. **Identidades, etnicidades y racismo en América Latina**. Quito: Fasclo, 2008.

GREJO, Camila Bueno. Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880 - 1920). **In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA**, 18., Assis, 2006. **Anais** [...]. Assis: ANPUH, 2006.

HOLT, Thomas C.; WADE, Peter. **Race and Nation in modern Latin America**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

HOPKINS, Benjamin. **Ruling the savage periphery**: frontier governance and the making of the modern State. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2020.

JONG, Ingrid. Las alianzas políticas indígenas en el período de la Organización Nacional: una visión desde la Política de tratados de Paz (Pampa y Patagonia 1852-1880). **In: QUIJADA, Monica (ed.). De los cacicazgos a la ciudadanía. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX**. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos**: Estado nacional e narrativa da nação (1776-1900). São Paulo: Edusp, 2018.

MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MASSES, Enrique Hugo. **Estado y cuestión indígena**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

NACUZZI, Lidia. **Identidades Impuestas. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia**. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998.

NACUZZI, Lidia. Introducción. In: NACUZZI, Lidia; LUCAIOLI, Carina P. (org.). **Fronteras: Espacios de Interacción en las tierras bajas del sur de América**. Buenos Aires: **Sociedad Argentina de Antropología**, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

PASSETTI, Gabriel. **Indígenas e criollos**: política, guerra e traição nas lutas no Sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.

PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes**: travel, writing and transculturation. 2 ed. New York: Routledge, 2008.

PRUCHA, Francis Paul. **Indian Policies in the United States**. Historical essays. University of Nebraska Press, 1981.

QUIJADA, Monica. Repensando la frontera sur argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y étnica (siglos XVIII y XIX). **Revista de Indias**, Madrid, v. 62, n. 224, p. 103-142, 2002.

RATTO, Silvia. **Redes políticas en la frontera bonaerense (1836-1873)**: crónicas de un final anunciado. Bernal: Universidad de Quilmes, 2015.

RODRIGUES, Julia. **Civilizing Argentina**: science, medicine and the modern state. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. **Civilização e barbárie**. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SABATO, Hilda. **Historia de la Argentina**: 1852-1890. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Conflictos y armonías de las razas en América**. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/downloadPdf/conflicto-y-armonias-de-razas-en-america--0/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SERJE, Margarita. El Estado de frontera: Las fronteras del capitalismo en America Latina. In: ROMANI, Carlos; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (org.). **Fronteiras e territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia**. São Paulo: Intermeios, 2019.

STEPAN, Nancy Leys. **The hour of eugenics: race, gender and nation in Latin America**. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

TELLES, Edward. **Pigmentocracies: ethnicity, race, and color in Latin America**. UNC Press, 2014.

TRAFZER, Clifford; KELLER, Jean; SISQUOC, Lorene. **Boarding School Blues: revisiting American Indian educational experience**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2006.

VEZUB, Julio Esteban. **Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas. Poder y etnicidad en la Patagonia septentrional (1860-1881)**. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

ZEBALLOS, Estanislao. **A conquista de 15 mil leguas. Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia (1878)**. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2008.